



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇU
ESTADO DE GOIÁS



PROJETO DE LEI N. 03 /2005, 16 de fevereiro de 2005.

"Dispõe sobre a revogação da Lei Nº 1.397/04 de 29 de julho de 2004 e dá outras providências".

GILMAR JOSÉ DE FREITAS GUIMARÃES, Prefeito de Caçu Estado de Goiás, no uso das atribuições que lhes são conferidas faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica revogado a Lei 1.397, de 29 de julho de 2004, que dispõe sobre a doação de imóveis urbano à empresa Noroeste Agroindustrial S/A.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, em Caçu, Goiás, aos 16 dias do mês de fev. de 2005.


GILMAR JOSÉ DE FREITAS GUIMARÃES
PREFEITO



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇU
ESTADO DE GOIÁS

Ofício Mensagem nº 003 /2005, de 15 de fevereiro de 2005.

Senhor Presidente,

Temos a grata satisfação de encaminhar à apreciação dessa Egrégia Câmara Municipal, projeto de lei que dispõe sobre a revogação da Lei 1.397/04, lei esta que trata, sobre a doação de imóvel urbano à empresa Noroeste Agroindustrial S/A

Propomos o presente projeto de lei para revogar a lei referenciada acima, que autoriza o Município de Caçu, fazer doação de área composta de 02 lotes com a área total de 104.497,4758m² (cento e quatro mil, quatrocentos e noventa e sete metros, quatro mil setecentos e cinquenta e oito decímetros quadrados), com descrições próprias e matrículas distintas. Que referidas áreas já pertencem o patrimônio público municipal.

Que salvo melhor juízo da atual administração e a notícia de má idoneidade da empresa beneficiária da área, tendo em vista que ainda não houve a transmissão ou outorga da escritura, resolve pela não doação do imóvel, para não incorrer ou permanecer nos erros do passado. Como por exemplo, o caso do Frigorífico Adriático, que teve uma doação de mais ou menos 10 (dez), alqueires de terras da municipalidade e até a presente data, o Município não teve nenhum benefício por tal doação, nenhum retorno benéfico, pelo contrário, somente prejuízos.

Contamos com o apoio dos Ilustres Vereadores, no sentido de aprovarem a revogação da lei supra mencionada, o que virá sem dúvida nenhuma, contribuir para que o nosso Município não incorra em erros pretéritos, fazendo doações de terras à empresas que por certo não trarão nenhum benefício, no sentido de fornecer emprego à nossa gente.

Atenciosamente,


Gilmar José de Freitas Guimarães
Prefeito Municipal.

A Sua Excelência o Senhor
Vereador **Sebastião Nunes de Sousa**.
Presidente da Câmara Municipal de Caçu
Nesta.



Poder Legislativo
Câmara Municipal de Caçu-GO

Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

Projeto de Lei nº 03/05, de 16/02/2005.

Autoria: Chefe do Poder Executivo

Dispõe sobre a revogação da Lei nº 1.397/04, de 29 de julho de 2004 e dá outras providências.

Relatório:

O presente Projeto de Lei dispõe sobre a revogação da Lei nº 1.397/04, de 29 de julho de 2004 e dá outras providências. A lei que ora se busca sua revogação trata da doação de imóveis urbanos à empresa Noroeste Agroindustrial S/A. A revogação está sendo justificada pelo fato da empresa donatária não ter se interessado sequer pelo recebimento da escritura pública até a presente data e que há notícias de má idoneidade da mesma. Pois bem, a revogação é ato possível e legal mesmo após a transmissão do domínio do bem, desde que haja a aprovação legislativa, mediante a inteligência do Inciso V, do Artigo 8º, da Lei Orgânica do Município e ainda, subsidiariamente, usando a determinação do artigo 31 da Constituição Federal que autoriza os municípios legislarem sobre os assuntos de interesse local. Assim, tenho para mim que a matéria é amplamente legal e constitucional. Quanto ao critério de ser ou não justa, entendo sê-la, uma vez que o desinteresse da donatária e as más informações justificam a revogação neste momento, mesmo porque ainda não houve qualquer despesa com a doação e não haverá com a revogação. A redação gramatical usada é satisfatória.

Pelo exposto, manifestamos no sentido de sermos **FAVORÁVEIS** à aprovação da presente matéria.

É o Parecer.

Sala das Comissões da Câmara Municipal de Caçu, aos 28 dias do mês de fevereiro de 2005.

Vereadora Lucimeire Freitas Guimarães

- RELATORA -